



PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO – RO  
*Gerência das Comissões*

---

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA /CPFAEO-2023.**

Aos vinte e nove dias do mês de setembro de dois mil e vinte três, sexta-feira, sendo a primeira sessão com início às nove horas, e a segunda sessão com início às nove e trinta, foram realizadas as audiências públicas DA COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA CPFAEO/2023, na sala de reunião da presidência da Câmara Municipal de Porto Velho, situada na rua Belém, nº 139, no Bairro Embratel, nesta cidade de Porto Velho, Capital do Estado de Rondônia. Para tratar sobre a Pauta: **Avaliação do cumprimento das metas fiscais relativa ao fechamento do 2º quadrimestre do exercício de 2023**, em base no que se estabelece o § 4º, do artigo 9º, da Lei Complementar nº101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, como também o que preceitua o inciso III § 4º, artigo 65º da Lei Orgânica do Município de Porto Velho. Sob a presidência do vereador Marcelo Reis, presentes o vereador Paulo Tico (segundo secretário da comissão de Finanças), o secretário João Altair, da Secretaria Municipal da Fazenda de Porto Velho (SEMFAZ), o secretário Luiz Guilherme Erse, da Secretária Municipal de Planejamento Orçamento e Gestão (SEMPOG). O vereador presidente com os cordiais cumprimentos a todos, declara aberta a primeira sessão de audiência pública. Com a palavra o vereador Paulo Tico destinado à leitura da ordem do dia. Com a palavra o secretário Luiz Guilherme saluda a todos presentes, destaca especificamente em relação a receita tributaria que são elas (impostos e taxas, contribuições, receitas patrimoniais e etc) estão em nível de arrecadações satisfatórias até o presente momento, alcançando as perspectivas de demonstração equilibrada, diferente das transferências correntes que estão em oscilação do que foi previsto, e em alguns casos pode se fazer referência até com inflexões bastante importantes e se acredita que o nível do 2º quadrimestre teremos frustrações em relação as receitas de transferências constitucionais, em seguimento explana sobre os componentes das receitas sendo elas;





PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO – RO  
*Gerência das Comissões*

---

Impostos e Taxas (IPTU) uma previsão de 48 milhões nesse exercício e até o 2º quadrimestre arrecadou 38.404.661,68 (trinta e oito milhões quatrocentos e quatro mil o seiscentos e sessenta e um reais e sessenta e oito centavos) com recurso originário da Dívida Ativa, é um tributo do município com a perspectiva de melhorias das bases tributárias relacionadas; Receitas e Contribuições são receitas de contribuição sociais e as econômicas, relativamente ao Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho (IPAM) são recursos recolhidos para que se transforme em receita para dar prosseguimento ao sistema (IPAM). Em oportunidade o vereador presidente indaga em relação a Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública (COSIP). Em resposta o secretário pontua sobre as contribuições econômicas da COSIP está em nível de satisfação de receita com uma expectativa presumidamente nos valores de 3 a 5 milhões; Receita Patrimonial é resultado das aplicações, fundamentalmente os recursos mais expressivos que são das reservas do IPAM para a parte previdenciária; Transferências Correntes, entende-se que o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), tendo seu percentual de realização atingido em 64,40% embora apareça com um desenvolvimento melhor do que no exercício 2022, a realidade está em função de atender a projeção estabelecida prevista, enfatiza a frustração dos recursos hídricos que está com inflexão no valor de R\$ 31 milhões, mas que provavelmente não ocorrerá novamente, e para mais informações o secretário João Altair se dispõe à qualquer esclarecimento. Em seguimento, em relação aos recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) atingiram respectivamente 65,86 % no qual se classifica em nível de satisfação maior até o momento, divergente ao exercício anterior, entretanto, está próximo do nível de equilíbrio. O Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) evidenciando inflexão de aproximadamente entre R\$ 30 à 40 milhões, relativamente com a frustração dos recursos hídricos que refletirá nos resultados primário e nominal, pontua que o IPVA expressa um nível de arrecadação fundamental, considerando se proceder retificará o deficit do ICMS. O FUNDEB está em nível de equilíbrio sem extrapolação da previsão de receita. A Receitas Intra Orçamentarias que especificamente são recursos do IPAM



PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO – RO  
*Gerência das Comissões*

---

decorrentes das transferências de obrigações sociais dos descontos procedidos dos servidores, encerrando essa parte de receitas correntes observa-se que as transferências constitucionais do Estado, União e FPM tem oscilações, mas nada que comprometam a previsão de fechamento do exercício vigente. A receita de capital que são operações de crédito corresponderam a 37,82% de realização, e, as transferências de capital que são originário de convênio com uma previsão de 53 milhões, que foram realizadas ate o momento 19 milhões dos recursos disponibilizados do Governo do Estado, por meio de convênio com as prefeituras para a execução do projeto “Tchau Poeira”. Em seguida enfatiza as despesas que demonstra um comprometimento importante com referência pessoal e encargos e considerando as despesas correntes em função do volume de investimento da reestruturação que passa a prefeitura e o processo de manutenção passa por oneração natural, enfatiza que o dispêndio maior é no valor de 70 milhões divergente do ano de 2022, esclarecendo que só é possível por ter uma receita correspondida, toda via, observa-se que os comprometimentos necessitam de equilíbrio, os investimentos decorrem fundamentalmente dos recursos operacionais de crédito contraídos pelo município. O que se entende sobre a despesa com pessoal e limites em relação ao limite atingido pela prefeitura, esclarece que o Índice da Despesa com o Pessoal a porcentagem apresentado no 1º quadrimestre foi de 51,64%, com essas relativas de insatisfações de receita a prefeitura obteve no 2º quadrimestre a porcentagem de 51,30% o limite prudencial, se adequando a um grande progresso, considerando que há uma inflexão de receita importante. A despesa com a manutenção e desenvolvimento de ensino no 1º quadrimestre a porcentagem foi de 25,70%, e aplicado ate o 2º quadrimestre a porcentagem é de 25%, mas não haverá problema para atingir a meta de 25%, dos 70% de aplicação obrigatório dos recursos do FUNDEB foram aplicados 79,33% até o 2º quadrimestre. A despesa com ações e serviços de saúde que se encontra crescente, deve-se as transferências de decisões federais com referência as obrigações contraídas para o município por força de Leis em que os recursos correspondente não o acompanha vem sempre menor do que deveria acontecer, e pontua que para ciência dos



PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO – RO  
*Gerência das Comissões*

---

parlamentares passou a mensagem do conselho dos municípios que referencia essa questão dos recursos de obrigações constitucionais estão sendo transferidos para os municípios, uma parte tem a complicação no recurso com impacto no IRF no entanto, os limites constitucionais até o 1º quadrimestre foi aplicado 25,04% e no 2º quadrimestre 24,33% mas possivelmente está extrapolado aproximadamente 26% esclarecendo que essa medição das metas em relação ao 2º quadrimestre no mês de agosto, conseqüentemente, em razão das frustrações e dos avançados dispêndios inclusive com as tomadas de antecipação de receita os resultados primário e nominal estão negativos, mas que possivelmente serão corrigidos, em esclarecimento ao resultado primário no 2º quadrimestre até o momento encontra-se em dívida para pagar 38 milhões a menor da previsão da receita. Com a palavra o vereador presidente ressalta em nome de todos os parlamentares a preocupação em relação as despesas com o Pessoal e Limites prudenciais, e pontua sobre a inflexão orçamentaria que pode gerar um impacto que não era o esperado pelo município por conta do que se planejou, redução de recursos federal em qual ainda não houve alcance das metas de contribuição de IPTU com inflexão, mesmo em que obteve evolução até o final do mês de setembro, e enfatiza o planejamento para que possa ser aplicado até por algumas recomendações e posições do governo federal, e se há possibilidades de o município fazer algum tipo de aplicação com o orçamento previsto dentro do quadro apresentado no 2º quadrimestre sem infringir o limite prudencial, para os setores da educação e da saúde. Com a palavra o secretário Luiz Guilherme em resposta esclarece que os setores da educação e saúde estão com os dispêndios previstos e programados para o ano vigente, entende-se que a receita é previsão e que tem um conjunto de variáveis para que se ocorra, um exemplo claro e concreto é a perspectiva do município foi de fazer um ajustamento no IPTU, mas que houve todo o desconforto em razão que pelo entendimento pessoal foi o ajuste de cálculos estruturais genéricas de valores, exemplifica sobre o IPTU a arrecadação que foi de 28 milhões sem reajuste, menor que no ano de 2017, atenta-se para evitar a construção de renúncias de receitas. Com a palavra o secretário João Altair, saluda a todos presentes, em relação a

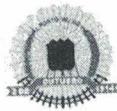


PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO – RO  
*Gerência das Comissões*

---

receita especificamente ao FPM que nos últimos três meses em que teve uma inflexão significativa na receita federal os tributos arrecadados pela União em que a composição dos municípios é baseado no imposto de renda com uma inflexão industrial com pior desempenho nos seus balanços, refletirá ou não no imposto de renda a ser pago, no entanto, em que houve uma redução significativa nas receitas e despesas da união certamente refletirá no FPM, destaca que o repasse do mês de setembro o valor do repasse foi 31% menor que do exercício de 2022, o segundo repasse 12% menor, certamente é reflexo da redução da arrecadação federal, em acompanhamento ao ICMS o estado esta analisando a possibilidade de aumento da alíquota que atualmente é de 17,5% em função da reforma tributária, em que o índice de rateio para os estados e municípios vem de arrecadação e/ou perdas durante o processo da próxima reforma tributária, exemplificando se o Estado de Rondônia com 17,5% da alíquota certamente arrecadará menos. Enfatiza que os tributos administrados pela prefeitura obteve uma melhora de 9,49% no 2º quadrimestre resultado do Imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN) em função principalmente dos investimentos do estado e município e isso contribui para geração de receita e arrecadação do ISS e Imposto de Renda, conclua-se que a parte financeira do município ter cautela, mas relativamente está equilibrada e para complementar em relação as desonerações que houveram no ano de 2022, a expectativa dos municípios especificamente da FMP no caso de Porto velho, receberia 35 milhões no exercício vigente da recomposição das perdas do ICMS do exercício anterior, foi acordado no STF os repasses aproximadamente de R\$ 4 milhões com parcelamentos no valor de R\$ 820.000,00 posterior esclarecimentos da preocupação em relação as transferências constitucionais. Com a palavra o vereador presidente declara encerrada a primeira sessão de audiência pública. Havendo *quórum* regimental. O vereador presidente declara aberta a segunda sessão de audiência pública para tratar e reiterar a pauta anterior. Com a palavra o secretário Luiz Guilherme Erse, da Secretária Municipal de Planejamento Orçamento e Gestão (SEMPOG) reitera o que foi dito anteriormente e agradece a todos presentes. Com a palavra o secretario João Altair, da Secretaria Municipal da



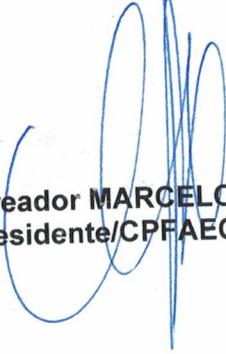


PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO – RO  
*Gerência das Comissões*

---

Fazenda de Porto Velho (SEMFAZ) ressalta sobre a migração para um novo sistema digital para dar praticidade a todos os contribuintes e servidores, para a sociedade em geral. Com a palavra o vereador presidente e todos os presentes satisfeitos quanto às informações apresentadas. Nada mais havendo a tratar, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às dez horas e dezenove minutos. E, para que conste, eu, .......... Juliane Quintino (Gerente das Comissões), lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, foi assinada pelo presidente.

Gerência das Comissões, 10 de Outubro de 2023.

  
**Vereador MARCELO REIS**  
**presidente/CPFAEO-2023**

